



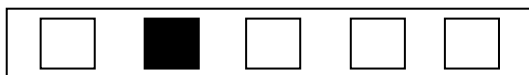
**AUDITOR FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL**

**CANDIDATO:**

**Nº INSCRIÇÃO:**

**INSTRUÇÕES**

01. Leia atentamente as instruções. Não manuseie este caderno de provas até receber autorização.
02. Ao receber autorização, verifique se no caderno constam todas as **20 (vinte) questões** e se há falhas ou imperfeições gráficas que lhe causem dúvida. Se houver, reclame imediatamente ao fiscal de sala.
03. As questões objetivas contêm cinco (5) alternativas, identificadas pelas letras **A, B, C, D e E**.
04. Transcreva para o cartão-resposta somente uma alternativa, preenchendo totalmente o retângulo correspondente, com caneta esferográfica transparente **azul** ou **preta**, conforme modelo abaixo:



05. Não faça rasuras no cartão-resposta.
06. Durante a prova, não se admite que o candidato comunique-se com outros candidatos, efetue empréstimos, use meios ilícitos ou pratique atos contra as normas ou a disciplina. A fraude, a indisciplina e o desrespeito aos Fiscais encarregados dos trabalhos são faltas que eliminam o candidato.
07. É expressamente proibido que o candidato utilize quaisquer meios de comunicação durante sua permanência no local de prova, os aparelhos celulares deverão estar desligados, inclusive não sendo permitido que o mesmo toque em nenhum momento durante a realização da prova.
08. Ao concluir a prova, permaneça em seu lugar e comunique ao aplicador de prova. Aguarde autorização e **entregue o caderno de prova e o cartão-resposta**.
09. O candidato somente poderá retirar-se da sala após 30 (trinta) minutos do início da prova, devendo **obrigatoriamente, entregar o caderno de provas e o cartão-reposta devidamente assinado ao fiscal de sala**.

**Duração total da prova: 2 horas**

✂-----

**RESPOSTAS**

1.	2.	3.	4.	5.	6.	7.	8.	9.	10.
11.	12.	13.	14.	15.	16.	17.	18.	19.	20.



1 - Eduardo conheceu Marina no carnaval em Corumbá. Dado aos laços de amizade que surgiu a partir daí, Eduardo morador de Campo Grande-MS, vendeu para Marina, residente em Dourados-MS, uma chácara localizada no Município de Terenos-MS, gerando assim uma operação tributável pelo ITBI. A escritura de venda e compra foi firmada em cartório localizado no Município de Maringá-PR. De acordo com a Legislação Municipal, o imposto devido em razão desta venda poderá ser lançado e cobrado pelo Município de:

- a) Dourados, por ser o Município de domicílio da Marina (adquirente).
- b) Corumbá, local onde se conheceram, e a partir daí pode-se considerar como hipótese de incidência do ITBI.
- c) Maringá, local em que foi firmada a escritura de venda e compra.
- d) Terenos, por ser o Município de localização do imóvel.
- e) Campo Grande, por ser o Município de domicílio do Eduardo (alienante).

2 - Antônia Pereira é sócia de uma empresa que tem por objeto social exclusivamente o arrendamento mercantil e decide transferir para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, imóvel de sua propriedade. Nessa hipótese, é **correto** afirmar que:

- a) incidirá Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITBI), de competência do Município da situação do Imóvel.
- b) incidirá Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITBI), por tratar-se de transmissão não onerosa de propriedade.
- c) não incidirá Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITBI), por tratar-se de mera operação de circulação de mercadoria.
- d) não haverá incidência de Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITBI), por tratar-se de imunidade constitucional.
- e) não incidirá Imposto de Transmissão Inter Vivos (ITBI), por tratar-se de hipótese legal de exclusão do crédito tributário.

3 - O Artigo 4º da Lei n. 2.592 de 27 de janeiro de 1989, estabelece que o ITBI não incide sobre a transmissão de bens imóveis, mediante ato oneroso "inter-vivos", ou direito a eles relativos, quando transfere para incorporação ao patrimônio de pessoa jurídica em realização de capital, exceto se a pessoa jurídica adquirente tenha como atividade preponderante a compra e venda de imóveis ou direitos a eles relativos, a locação de bens imóveis ou arrendamento mercantil ou, ainda, a aquisição de direitos relativos a imóveis. Tendo a pessoa jurídica adquirente iniciado suas atividades a mais de cinco anos da data de aquisição de imóveis, sua atividade será considerada preponderante quando superar 50% (cinquenta por cento) de sua receita:

- a) líquida e operacional, no exercício anterior e no exercício subsequente à aquisição.
- b) operacional e líquida, nos 5 anos anteriores e nos 2 anos subsequentes à aquisição.
- c) operacional, nos 2 anos anteriores e nos 2 anos subsequentes à aquisição.
- d) patrimonial e líquida, nos 5 anos anteriores e nos 5 anos subsequentes à aquisição.
- e) líquida e patrimonial, no ano anterior e nos 2 anos subsequentes à aquisição.



4 - Ricardo, residente e domiciliado em Campo Grande-MS, adquiriu neste mesmo município um imóvel através do Sistema Financeiro da Habitação, a que se refere a Lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964, por R\$ 300.000,00 (trezentos mil reais), efetuando o pagamento da seguinte forma: R\$ 100.000,00 (cem mil reais) em dinheiro, e R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) financiados através do Banco do Brasil SA. Considerando as alíquotas do ITBI constantes no artigo 8º da Lei n. 2.592/89 o valor do ITBI a ser recolhido na presente operação é de:

- a) R\$ 6.750,00
- b) R\$ 1.550,00
- c) R\$ 4.500,00
- d) R\$ 2.530,00
- e) R\$ 3.000,00

5 - A empresa “Empreendimento Paraíso Ltda.”, devidamente estabelecida e inscrita no Município de Campo Grande, tem por objeto social as atividades de “comércio de equipamentos para topografia, mapeamento e cartografia; assistência técnica de equipamento para topografia; levantamentos topográficos e congêneres; serviços relativos a saneamento e congêneres”.

Em levantamento fiscal, o auditor fiscal da receita municipal detectou a emissão de nota fiscal de serviços referente à atividade de “levantamento topográfico” realizado no Município de Paraíso das Águas/MS.

Com base nas informações acima, assinale a alternativa **correta**:

- a) A atividade em questão se refere à prestação de serviços, mas, não consta na lista de serviços anexa à LC 116/03 e por isso não é contribuinte do ISS.
- b) A atividade em questão se refere à prestação de serviços enquadrada na lista de serviços anexa à LC 116/03 e o imposto é devido no local da prestação do serviço.
- c) A atividade em questão se refere à prestação de serviços enquadrada na lista de serviços anexa à LC 116/03 e o imposto é devido no local do estabelecimento prestador.
- d) A atividade em questão se refere à prestação de serviços não enquadrada na lista de serviços anexa à LC 116/03, porém, há incidência do ISS.
- e) Não se trata de prestador de serviços.

6 - A empresa “Monitorando seu Patrimônio Ltda.”, devidamente estabelecida e inscrita no Município de Campo Grande, tem por objeto social a atividade de “manutenção em equipamentos de alarme” e presta serviços em diversos Municípios, inclusive de outros Estados. Com base nas informações acima, assinale a alternativa **correta**:

- a) A atividade em questão se refere à prestação de serviços, mas, não consta na lista de serviços anexa à LC 116/03 e por isso não é contribuinte do ISS;
- b) A atividade em questão se refere à prestação de serviços enquadrada na lista de serviços anexa à LC 116/03 e o imposto é devido no local da prestação do serviço;
- c) A atividade em questão se refere à prestação de serviços enquadrada na lista de serviços anexa à LC 116/03 e o imposto é devido no local do estabelecimento prestador;
- d) A atividade em questão se refere à prestação de serviços não enquadrada na lista de serviços anexa à LC 116/03, porém, há incidência do ISS;



7 - A empresa “Transformadores Campo Grande Ltda.”, devidamente estabelecida e inscrita no Município de Campo Grande, tem por objeto social as seguintes atividades: “Fabricação de geradores de corrente contínua e alternada, peças e acessórios; fabricação de equipamentos para irrigação agrícola, peças e acessórios; aluguel de máquinas e equipamentos agrícolas; instalação, manutenção e reparação de geradores, transformadores e motores elétricos”. Com base nas informações acima, assinale a alternativa **correta**:

- a) A empresa possui atividade mista, mas, não se trata de prestadora de serviços.
- b) A empresa possui atividade mista dentre as quais consta prestação de serviços e, portanto, é contribuinte somente do ICMS.
- c) A empresa possui atividade mista dentre as quais consta prestação de serviços, porém, por ser atividade secundária não é contribuinte do ISS.
- d) A empresa possui atividade mista dentre as quais consta prestação de serviços não enquadrados na lista de serviços anexa à LC 116/03.
- e) A empresa possui atividade mista dentre as quais consta prestação de serviços enquadrada em mais de um subitem da lista de serviços anexa à LC 116/03.

8 - A empresa “Engenharia de precisão Ltda.” (contratada), estabelecida no Município de Belo Horizonte-MG, firmou contrato com a empresa “Campo Técnica Ltda.” (contratante), estabelecida no Município de Campo Grande- MS, para acompanhar e fiscalizar a construção de um galpão, na cidade de Campo Grande-MS. Com base nas informações acima, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A atividade em questão se refere à prestação de serviços, mas, não consta na lista de serviços anexa à LC 116/03 e por isso não é contribuinte do ISS.
- b) A atividade em questão se refere à prestação de serviços enquadrada na lista de serviços anexa à LC 116/03.
- c) A atividade em questão se refere à prestação de serviços enquadrada na lista de serviços anexa à LC 116/03 e o imposto é devido no local da prestação do serviço.
- d) A atividade em questão não está sujeita à dedução da base de cálculo.
- e) A atividade em questão não está prevista no item 7.19 da lista de serviços.

9 - No levantamento fiscal de empresa optante do Simples Nacional o auditor fiscal da receita municipal constatou a emissão de diversas NFS-e cujas receitas não foram declaradas no PGDAS. Com base nas informações acima, assinale a alternativa **correta**:

- a) O auditor fiscal da receita municipal não poderá fazer nada haja vista se tratar de optante do Simples Nacional.
- b) A diferença entre a receita declarada e a apurada deve ser lançada de ofício, por meio do auto de infração lavrado pelo auditor fiscal da receita municipal.
- c) Não se trata de hipótese de lavratura de auto de infração.
- d) As notas fiscais de serviços não são de emissão obrigatória.
- e) A empresa, por ser optante do Simples Nacional, somente poderá ser autuada pela Receita Federal.



10 - No levantamento fiscal de empresa optante do Simples Nacional que tem por objeto social a atividade de “hospedagem” o auditor fiscal da receita municipal constatou a emissão de diversas NFS-e cujo imposto foi declarado no PGDAS a recolher em outro município.

Com base nas informações acima, assinale a alternativa **correta**:

- a) Não se trata de atividade de prestação de serviços.
- b) O optante do Simples Nacional pode escolher onde o imposto será recolhido.
- c) Os lançamentos do PGDAS estão incorretos por segregação incorreta da receita.
- d) A empresa é contribuinte do ISS e o imposto é retido no local do estabelecimento do prestador.
- e) A empresa é contribuinte do ISS e o imposto é devido no local do tomador do serviço.

11 - A empresa “TransporKids Ltda.”, optante do Simples Nacional, tem por objeto social a atividade de “transporte escolar”. Na ação fiscal o auditor fiscal da receita municipal constatou a emissão de diversas NFS-e com ISS declarado no PGDAS como a recolher em outro município. Com base nas informações acima, assinale a alternativa **correta**:

- a) O auditor fiscal deverá autuar a empresa por segregação incorreta da receita.
- b) A atividade em questão está sujeita à incidência do ICMS.
- c) No caso em tela, não se trata de irregularidade tributária.
- d) Em razão da atividade e objeto social, o contribuinte tem direito a eleger seu domicílio tributário.
- e) O auditor fiscal da receita municipal deverá autuar a empresa por emissão de nota fiscal de serviços e não pelo conhecimento de transporte.

12 - Com relação ao processo administrativo fiscal do Município de Campo Grande - MS, conforme LC 02/92. É **correto** afirmar que os prazos são:

- a) Contínuos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte, excluindo o dia do início e incluindo o do vencimento.
- b) Contínuos, contados a partir do dia seguinte, independentemente de ser dia útil ou não, incluindo o dia de início e excluindo o do vencimento.
- c) Contínuos, contados a partir do dia seguinte, independentemente de ser dia útil ou não, excluindo o dia de início e incluindo o do vencimento.
- d) Contínuos, contados a partir do primeiro dia útil seguinte, incluindo o dia de início e excluindo o do vencimento.
- e) Nenhuma das respostas anteriores.

13 - Nos termos do processo administrativo fiscal do Município de Campo Grande - MS, Lei Complementar Municipal n. 02/92. É **correto** afirmar que: considerar-se-á feita a intimação:

- a) Quando pessoal, na data da ciência do autuado ou da declaração de quem fizer a intimação.
- b) Quando por via postal, na data do recebimento e, se a data for omitida, 15 (quinze) dias após a entrega da intimação à agência postal telegráfica.
- c) Quando por meio eletrônico, na forma do regulamento.
- d) Quando por edital, 30 (trinta) dias após a publicação e fixação do mesmo.
- e) Todas as respostas anteriores.



14 - Com relação ao processo administrativo fiscal do Município de Campo Grande, Lei Complementar Municipal n. 02/92, marque a alternativa **incorreta**:

- a) A nulidade de qualquer ato só prejudica os posteriores que dele diretamente dependam ou sejam conseqüências.
- b) As irregularidades, as incorreções e omissões não importarão em nulidade e serão sanadas de ofício ou a requerimento da parte, quando não resultarem em prejuízo para o sujeito passivo, salvo se este lhes houver dado causa, ou quando não influírem na solução do litígio.
- c) Na declaração de nulidade, a autoridade competente, em despacho devidamente fundamentado, especificará quais os atos alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou à solução do processo.
- d) **A ciência da notificação de lançamento somente poderá ocorrer na forma pessoal.**
- e) A intimação emitida por processo eletrônico prescinde de assinatura.

15 - É instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado. O conceito define:

- a) Taxa
- b) Imposto
- c) **A contribuição de melhoria.**
- d) Tarifa
- e) COFINS

16 - De acordo com a legislação tributária do Município de Campo Grande-MS, marque a alternativa **correta**:

- a) **O lançamento é ato administrativo vinculado e obrigatório, privativo da autoridade competente, para constituição do crédito tributário, sob pena de responsabilidade funcional.**
- b) O lançamento reporta-se à data da ocorrência do fato gerador da obrigação e rege-se pela Lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.
- c) O lançamento é realizado de acordo com os critérios de oportunidade e conveniência da Administração Tributária.
- d) O lançamento realizado servidor não concursado, não será necessariamente nulo desde que a Administração Tributária assim o reconheça.
- e) O lançamento pode ser destinado a constituir o crédito tributário desde que conste o fato gerador da obrigação correspondente, a determinação da matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do sujeito passivo e, sendo o caso, a proposição da aplicação da penalidade cabível.





17 - De acordo com a legislação tributária do Município de Campo Grande- MS, assinale a alternativa **correta**:

- a) A base de cálculo do ISS é o preço do serviço.
- b) Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, nesta compreendido tudo o que for devido, recebido ou não, em consequência da sua prestação, a ele se incorporando os valores acrescidos e os encargos de qualquer natureza, ainda que de responsabilidade de terceiros.
- c) Excepcionalmente, a lei permite a dedução da base de cálculo para algumas atividades de prestação de serviços.
- d) Não são dedutíveis do preço do serviço os descontos e abatimentos condicionais, como tais entendidos os condicionados a eventos futuros e incertos.
- e) **Todas as alternativas anteriores estão corretas.**

18 - De acordo com a legislação tributária do Município de Campo Grande, considera-se ocorrido o fato gerador do ISSQN quando:

- a) O prestador de serviço emitir a Nota Fiscal de Serviços Eletrônica – NFS-e;
- b) **Consumada a atividade em que consiste a prestação do serviço ou, no caso de serviço de construção civil, onde a execução seja continuada, na data de cada medição mensal;**
- c) No caso de prestação de serviços em relação de emprego, o prestador emitir a NFS-e;
- d) No caso de obra de construção em regime de mutirão, houver comunicação expressa no ato da abertura do processo de aprovação do projeto de construção;
- e) Nenhuma das alternativas anteriores.

19 - Quanto a Legislação do ISSQN marque a alternativa **correta**:

- a) É de competência da União, com arrecadação que se destina aos municípios.
- b) Exclui a cobrança sobre serviços cuja prestação se tenha iniciado no exterior.
- c) Não pode ser cobrado junto ao ICMS no caso de empresa com atividade mista (comércio e prestação de serviços).
- d) **É devido por serviços prestados independente da denominação dada ao serviço prestado.**
- e) Não é devido dependendo do resultado financeiro obtido.

20 - Quando é abordado os institutos da Isenção tributária e da Imunidade tributária, a principal distinção entre eles é:

- a) As imunidades estão expressamente previstas na CF e nas leis; e as isenções se referem a fatos em que as hipóteses de incidência não estão abrangidos.
- b) As isenções estão previstas na CF; e as imunidades, no texto infraconstitucional.
- c) As imunidades se referem ao aspecto subjetivo do contribuinte; e as isenções, ao elemento objetivo do fato gerador.
- d) **As imunidades estão previstas na CF; e as isenções, no texto infraconstitucional.**
- e) As imunidades são condicionadas, e as isenções independem de condição.